



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

LUIZ FILIPE DE SOUZA ARAÚJO

**REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL: INFORMES DOS CORTES DO
GOVERNO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NOS ÚLTIMOS ANOS.**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

LUIZ FILIPE DE SOUZA ARAÚJO

**REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL: INFORMES DOS CORTES DO
GOVERNO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NOS ULTIMOS ANOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Colegiado do Curso
de Graduação em Nutrição da
Universidade Federal de Pernambuco,
Centro Acadêmico de Vitória, como
requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Nutrição.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião
Rogério de Freitas Silva.

Co-orientadora:

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Araújo, Luiz Filipe de Souza .

Reflexão sobre a educação no Brasil: Informes dos cortes do governo federal no orçamento da educação, ciência e tecnologia nos últimos anos / Luiz Filipe de Souza Araújo. - Vitória de Santo Antão, 2022.

34 : il., tab.

Orientador(a): Sebastião Rogério de Freitas Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Nutrição - Bacharelado, 2022.

1. Educação brasileira. 2. Ciência e Tecnologia. 3. Cortes e Orçamento. 4. Governo Federal. I. Silva, Sebastião Rogério de Freitas. (Orientação). II. Título.

050 CDD (22.ed.)

**REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL: INFORMES DOS CORTES DO
GOVERNO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA NOS ULTIMOS ANOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Nutrição da Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de
Vitória, como requisito para a obtenção do
grau de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em: __14__ / __11__ / __2022__.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Sebastião Rogério de Freitas Silva
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Michelle Galindo de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Matilde Cesiana da Silva
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter acolhido em todo o percurso e acalmado em todas as preocupações, por ter permitido meu ingresso no curso de Bacharelado em Nutrição.

Agradeço ao meu pai Amaro por ter me ajudado em toda a Graduação, e com seu exemplo me incentivar a lutar pelos meus objetivos.

Agradeço a minha mãe Joide por lembrar os meus sonhos em alguns momentos esquecidos, e por me apoiar em meio às dificuldades.

Agradeço a minha namorada Luanna por ter me apoiar e ajudar na minha caminhada na reta final e mais importante do curso.

Agradeço a minha avó Helena por ter cuidado de mim e incentivado minha luta diária em qualquer que fosse meu objetivo.

Obrigado!

RESUMO

A Educação pode ser conceituada como transformação-reinvenção da realidade pelo conjunto da ação e reflexão humana, sendo a mesma um direito do cidadão e uma das principais ferramentas de transformação social. Esta pesquisa tem como finalidade discutir a educação no Brasil a partir dos cortes do governo federal no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos. Um assunto de suma importância que não tem recebido a devida atenção. Sendo assim, esse trabalho apresenta um panorama da educação brasileira desde o período do Império até o cenário atual, e também apresenta exemplos exitosos da Coreia do Sul e Finlândia na área da Educação, em contraste com a realidade brasileira. Trabalhos de Conclusão de Curso da área de Nutrição, com essa temática são fundamentais para a formação generalista desejada para o profissional Nutricionista. A metodologia empregada neste estudo foi de uma revisão da literatura desenvolvida seguindo os preceitos do estudo exploratório, sobre os Cortes do Governo Federal no Orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos anos. Espera-se que os conteúdos expostos neste documento sejam relevantes para alertar a sociedade que é provável que a formação de profissionais de nível superior nas áreas de Humanas, Exatas e Saúde e em especial os Nutricionistas esteja sendo afetada pelos cortes.

Palavras-chave: educação brasileira; ciência e tecnologia; cortes e orçamento; governo federal.

ABSTRACT

Education can be conceptualized as a transformation-reinvention of reality through human action and reflection, which is a citizen's right and one of the main tools for social transformation. This research aims to discuss education in Brazil from the federal government cuts in the Education, Science and Technology budget in the last 5 years. A matter of paramount importance that has not received due attention. Therefore, this work presents an overview of Brazilian education from the period of the Empire to the current scenario, and also presents successful examples from South Korea and Finland in the area of Education, in contrast to the Brazilian reality. Completion of Course Works in the area of Nutrition, with this theme, are fundamental for the generalist training desired for the professional Nutritionist. The methodology used in this study was a review of the literature developed following the precepts of the exploratory study, on the Federal Government's Cuts in the Education, Science and Technology Budget in recent years. It is hoped that the content set out in this document is relevant to alert society that it is certainly the case that the training of higher-level professionals in the areas of Humanities, Exact Sciences and Health, and in particular Nutritionists, is being supported by the courts.

Keywords: brazilian education; science and technology; cuts and budget; federal government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Total de gastos por Aluno dos 6 aos 15 anos pelo Brasil e pelos 10 melhores países no Pisa 2018 (em US\$)	19
Figura 2 Lei n.1, de 1837 da Instrução Primária	20
Figura 3 Valores Pagos ao Ministério da Educação de 2010 a 2022 em R\$ Bilhões corrigidos pelo IPCA.	26

LISTA DE ABREVIações

MEC	Ministério da Educação
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
IES	Instituições de Ensino Superior
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
IPCA	Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Tipos de educação na Finlândia	18
Tabela 2 Artigos com evidências científicas e informações originais utilizadas na elaboração do nosso trabalho.	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	14
2.1	Objetivo Geral	14
2.2	Objetivo Esicopecíficos	14
3	JUSTIFICATIVA	15
4	MATERIAL E MÉTODOS	16
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO – REVISÃO DA LITERATURA	17
5.1	EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL	20
5.2	EXEMPLOS DE SUCESSO NA EDUCAÇÃO	25
5.3	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	20
5.4	CORTES DO GOVERNO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	23
5.5	ORGANIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS COLETAS E REGISTROS DOS ARTIGOS UTILIZADOS EM NOSSA REVISÃO	27
6	CONCLUSÃO – CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Paulo Freire (1996) a Educação pode ser conceituada como transformação-reinvenção da realidade pelo conjunto da ação e reflexão humana. A constituição federal brasileira de 1988 defende a Educação, pois a mesma é um direito do cidadão e uma das principais ferramentas de transformação social (MARTINS, 2004, p. 13; BORDIEU, 1987).

Nesse sentido, podemos citar exemplos importantes como Coreia do Sul e Finlândia, que partem de um cenário de uma crise econômica forte e conseguiram perceber o Investimento em Educação como um importante pilar para superar o momento de fragilidade, projetando a nação em médio prazo, para um sucesso econômico e social (WALTENBERG et al, 2020; OECD, 2014).

O tema de acesso à educação começou a ser debatido, contudo a própria legislação limitava a escolarização da população, como indicado pela Lei de 1, de 14 janeiro de 1837 (FONSECA, 2002, p.12). Nesse período, as famílias abastadas evitavam enviar seus filhos as escolas públicas, optando pelo estudo domiciliar ou no exterior, assim, o ensino público no final do século XIX era reservado quase que essencialmente a crianças de origem humilde, mestiças ou negras (VEIGA, 2008). O que pode ser entendido como um marco temporal histórico de um processo discriminatório e de sucateamento do ensino público em nosso país.

Durante a ditadura militar a partir de 1964, foi possível detectar um retrocesso nos fundamentos da educação no Brasil, passando a deixar de lado a ideia de ensino laico e gratuito, com a valorização do setor privado, tendo como característica o incentivo ao ensino remunerado e a propagação das ideias do regime militar (GERMANO, 2005; PAVIANI-UEL, 2014).

No período da Redemocratização houve uma reforma na educação brasileira, baseada em três principais pontos de motivação: o pedagógico, o social e o político. Valendo a pena salientar, que nesse período aconteceu uma reformulação dos objetivos curriculares, para atender as demandas econômicas e industriais do país (RICCI et al, 2003). A Constituição de 1988 consolida legalmente a Educação como um dos pilares para a sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2015).

Ao longo dos últimos 35 anos, avanços na Educação foram obtidos na direção da valorização das realidades locais; descentralização administrativa e

pedagógica da educação; maior valorização do professor e inserção das camadas populares financeiramente desprovidas (GUIMARÃES, 2015).

Contudo, vivenciamos na atualidade um dos momentos mais nebulosos para educação brasileira. Consistindo em um retorno das políticas de cortes no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia, impactando até mesmo nos recursos direcionados ao pagamento de custeio como: contas de água, luz e terceirizados (ASCOM ADUFEPE, 2019).

Finalmente, nosso propósito com a elaboração desse trabalho, certamente incomum para alunos do Curso de Graduação em Nutrição, foi o de evidenciar esse perigoso cenário para a população em geral, com intuito de alertar sobre o sucateamento que a Área de Educação tem passado, colocando em risco a qualidade do Ensino Público no Brasil e consequentemente a formação de profissionais de nível superior de diversas áreas de conhecimento incluindo à Saúde e Nutrição.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Discutir a educação no Brasil a partir dos cortes do governo federal no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos.

2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar a Educação;
- Identificar a História da Educação no Brasil;
- Descrever os cortes orçamentários na Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos;
- Analisar os riscos dos cortes orçamentários para o desenvolvimento do País.
- Debater o impacto desses cortes na formação de profissionais de Nível Superior no País;

3 JUSTIFICATIVA

O tema exposto, se justifica a partir da necessidade de exposição e atenção para a população sobre os cortes do governo federal no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia para o país. Pois é perceptível que essa temática não está recebendo a devida atenção pela sociedade brasileira.

Trabalhos de Conclusão de Curso da área de Nutrição com essa temática são fundamentais para a formação generalista desejada para o profissional Nutricionista, que precisa ser pautada em princípios éticos com reflexão sobre a realidade sociopolítica, econômica e cultural do país.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo utilizou como método de pesquisa a revisão da literatura seguindo os preceitos da pesquisa exploratória documental, sobre a educação no Brasil e os cortes do governo federal no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos 5 anos. A pesquisa foi realizada com base em publicações online e sites governamentais, artigos de revista científica em inglês e português publicados nos últimos 5 anos, no período de julho a outubro de 2022. As bases de dados disponíveis foram: Periódicos CAPES, MEDLINE, SciELO, e Sites de Instituições Governamentais. A busca foi realizada nos seguintes campos: título e resumo. Os seguintes descritores foram utilizados: Educação, Ciência e Tecnologia, Orçamento, associado ao operador booleano “and” para o inglês ou “e” para o português. Critérios de inclusão foram: Conter no título e/ou resumo, todos os descritores selecionados. Critério de exclusão: Estudos que não estavam disponíveis online e/ou gratuito para abertura. As palavras-chaves utilizadas foram: Ensino, Pesquisa e Cortes. Foi construída uma tabela com intuito de inserir as principais publicações utilizadas na elaboração do nosso trabalho (Tabela – 2). Além disso, foi possível elaborar uma pergunta condutora para nortear o assunto do TCC: Qual o impacto dos cortes na Educação, Ciência e Tecnologia para o Brasil?.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO – REVISÃO DA LITERATURA

5.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL

O conceito de educação pode ser definido como, o processo de criação de conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela ação-reflexão humana (FREIRE, 1996); Em sua base histórica a educação foi influenciada por duas vertentes: o nativismo que pode ser entendido como desenvolvimento das potencialidades adormecidas do homem cabendo ao educador apenas extrai-las; E o empirismo, em que o educador é apenas um mediador, ajudando o aluno em seus próprios caminhos, para conquista de conhecimento através das experiências (MARTINS, 2004, p. 13).

A nossa constituição nacional indica “A educação, é direito de todos e dever do estado e da família”, diante disso, é importante fomentar um sentimento coletivo em que se faz necessário a participação ativa da população, com intuito de almejar o desenvolvimento do indivíduo, visto que, o sentido político na educação deve ter o objetivo de ser uma ferramenta de transformação social modificando a realidade das pessoas e do país (BORDIEU, 1987).

5.2 EXEMPLOS DE SUCESSO NA EDUCAÇÃO

Um importante exemplo de investimento na educação para transformação da sociedade em um país é a Coreia do Sul. Que no período após a 2ª Guerra Mundial estava mergulhada em dívidas e recessão econômica grave, e estabeleceu como um dos pilares principais para a nação ter sucesso a excelência na educação, com o ideal de modelagem do cidadão perfeito que a nação coreana almejava, adotando essa estratégia como base, para atingir o desenvolvimento industrial (WALTENBERG et al, 2020).

Em 1950 esse processo de recuperação e crescimento da Coreia do Sul, foi estabelecido com a decisão de investir entre 70% a 80% do volume de gastos públicos com educação primária, gerando uma elevação na taxa de alfabetização de 22% em 1945 para 80% em 1960 (RAMIREZ et al, 1997). A partir da década de 60 com uma base educacional consolidada, foi possível fazer o investimento na educação técnica e na educação superior para atender as demandas do processo de industrialização do país com um enorme retorno econômico para o mesmo (WALTENBERG et al, 2020).

Outro exemplo importante a ser destacado é a Finlândia, um país que possuía uma economia a base de produtos de exportação, mais precisamente de madeira, papel e celulose, que dentro de um contexto de avanço tecnológico global apresentava um cenário de defasagem econômica em meados de 1950 (ARBIX E FERRAZ, 2009). Contudo, em 1968 foi colocado em prática o objetivo de mudar o cenário de segregação social, produzido por um programa educacional dividido em dois sistemas, o *oppikoulu*: Consistindo em um ensino voltado para a carreira acadêmica, que na prática, resultava em uma educação superior apenas para os mais afortunados; e o *kansalaiskoulu*, direcionado para pessoas de menor poder aquisitivo e consistindo em um tipo de carreira técnica (OECD, 2014).

Nesse cenário foi então implantado na Finlândia um sistema novo de educação básica colocando todos os estudantes no mesmo processo de formação educacional, chamado de *peruskoulu* gerenciada e financiada pelo setor público produzindo a mesma oportunidade para todos estudantes (OECD,2014), Tabela – 1.

O que é?	O que resultou?
<i>Oppikoulu</i>	Foi um ensino voltado para a carreira acadêmica, que na prática, resultava em uma Educação Superior apenas para os mais afortunados.
<i>Kansalaiskoulu</i>	Consistia em um ensino voltado para carreira Técnica, direcionado para pessoas de menor poder aquisitivo.
<i>Peruskoulu</i>	Um sistema novo de educação básica colocando todos os estudantes no mesmo processo de formação educacional, gerenciada e financiada pelo setor público produzindo a mesma oportunidade para todos estudantes

(Tabela – 1) Tipos de educação na Finlândia

Fonte: OCDE 2014 2018

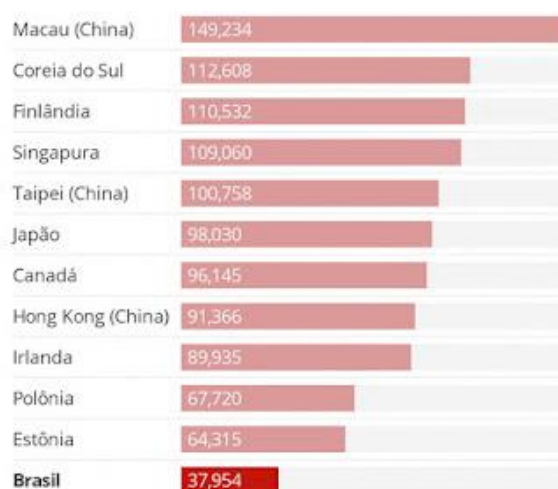
Também foi promovida uma reforma na carreira docente, por meio da qual todos os programas de formação de professores passaram a ser de nível universitário e o requisito mínimo para lecionar na escola básica e secundária

tornou-se o mestrado. A profissão veio a ser mais valorizada e, atualmente, atrai milhares de jovens, tornando o processo bastante competitivo (OECD, 2014).

Como resultado da combinação das decisões de longo prazo com manutenção nos investimentos em inovação, educação, ciência e tecnologia e das decisões tomadas para recuperação da crise econômica vivenciada pela Finlândia no início da década de 1990 (ARBIX e FERRAZ, 2009). O país modificou consideravelmente o padrão de sua estrutura produtiva e sofreu um superaquecimento da sua economia (HAFFNER e OLIVEIRA, 2014).

Assim, tanto a Coreia do Sul quanto a Finlândia são exemplos exitosos em investimentos na educação para promover o desenvolvimento econômico social do país que o Brasil poderia seguir. Contudo, ao analisarmos o gráfico abaixo (Figura – 1) que mostra o total de gasto por aluno dos 6 aos 15 anos pelo Brasil e pelos 10 melhores países no Pisa 2018, podemos concluir o quão distante estamos da realidade desses países.

Total de gastos por Aluno dos 6 aos 15 anos pelo Brasil e pelos 10 melhores países no Pisa 2018 (em US\$).



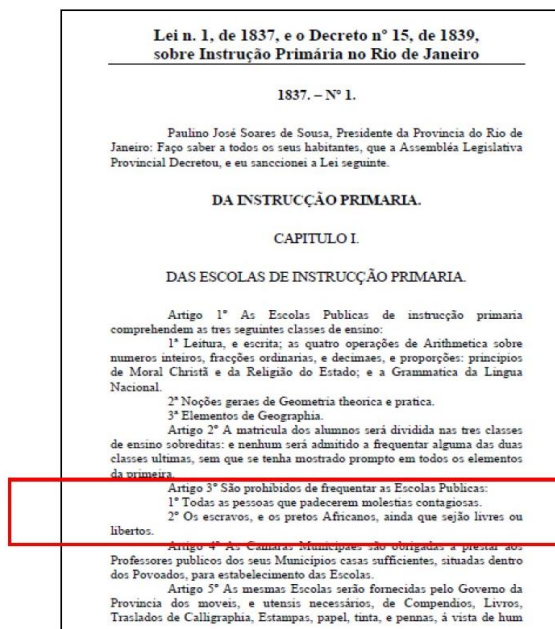
(Figura – 1)

Fonte: OCDE/Pisa 2018

5.3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, após a independência em 1824, o tema de acesso à educação foi apresentado no artigo de número 179 da constituição, concedendo a todos os cidadãos o direito ao ensino primário gratuito. Contudo, o conceito de cidadão se restringia apenas aos indivíduos considerados livres e libertos. Contraditoriamente, a

segregação na educação foi estabelecida pela Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837, que indicava: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FONSECA, 2002, p.12).



(Figura – 2) Lei n.1, de 1837 da Instrução Primária

Fonte: (RIO DE JANEIRO, 1837)

No século XIX segundo Veiga (2008) três fatores vão influenciar a necessidade da educação na sociedade imperial brasileira: 1 - O discurso da missão civilizadora da escola por parte das elites governantes; 2 - As precárias condições das escolas públicas e 3 - O alto índice de analfabetismo.

Vale salientar, que nesse período as famílias de elevada condição financeira optavam pelo ensino domiciliar em contraste ao ensino público, para evitar que seus filhos entrassem em contato com outros alunos de origem, cor e crenças diversas na escola pública. Assim, o ensino público no século XIX era reservado quase que essencialmente a crianças de origem humilde, mestiças ou negras (VEIGA, 2008). O que pode ser entendido como um marco temporal histórico de um processo discriminatório e de sucateamento do ensino público em nosso país.

Seguindo na História educacional brasileira, na primeira república podemos salientar que existiu uma continuidade no sistema educacional do final do império, com professores de formação precária, atuando como um instrumento de dominação para os moldes da sociedade dominante (FERNANDES, 1987). Sendo apenas a partir da década de 30 do século XX, ou seja, há menos de um século, que as discussões

sobre a educação laica, gratuita e obrigatória, bem como as ações para a organização de um sistema nacional de ensino, tornam-se tema dos debates nacionais e receberam uma ação efetiva por parte do governo nessa direção (PAIVA, 1987).

Chegando na ditadura militar a partir de 1964, foi possível observar um retrocesso de investimentos na educação pública, visto que, nesse período o governo tentou se desfazer das obrigações de financiar a mesma, terceirizando esse trabalho para as instituições privadas, gerando um cenário na qual a iniciativa privada dominou desde a pré escola até parte do ensino superior, sendo essas, acessíveis apenas a uma pequena fração da população (GERMANO, 2005), tendo como característica no ambiente escolar uma mentalidade que propagava os ideias do regime (PAVIANI-UEL, 2014).

No processo de redemocratização na década de 80, houve uma reforma na educação brasileira, baseada em três principais pontos de motivação: o pedagógico, o social e o político; Vale a pena notar que, o governo federal reorganizou os objetivos curriculares a partir da necessidade econômica de expandir a oferta de mão-de-obra para a indústria de bens de consumo durável. O que se observou no momento uma introdução de disciplinas semiprofissionalizantes nos níveis de ensino fundamental e médio (RICCI et al, 2003).

Uma alteração da dinâmica do mercado de trabalho na década de 90, gerou uma mudança na estrutura de funcionamento familiar, pois o aumento do tempo dedicado a atividade profissional pelos pais gerou consequentemente menos tempo para a educação dos filhos. A escola então passa assumir esse papel, entretanto o corpo docente e a estrutura escolar não estavam preparadas para essa mudança. A imposição dessa demanda social obrigou a escola a elaborar projetos não apenas relacionados com a educação formal, mas também com a educação familiar (RICCI et al, 2003).

Durante o governo de José Sarney em 1988, a Constituição Federal foi aprovada, consolidando a redemocratização do país. Com a nova carta magna surgem também propostas educacionais que redefinem a escola de maneira geral. Propostas como: valorização das realidades locais; descentralização administrativa e pedagógica da educação; maior valorização do professor e inserção das camadas populares financeiramente desprovidas. Estas propostas, então sustentariam as mudanças já indicadas pela constituição (GUIMARÃES, 2015).

Durante a década de 90 a educação brasileira busca seguir tendências mundiais, sendo denominada como a “Década da Educação”. No ano de 1990 ocorreu a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, Tailândia. Na Conferência, 155 países estiveram presentes e entre eles o Brasil, que foi indagado sobre a necessidade de diminuir sua alta taxa de analfabetismo (GUIMARÃES, 2015).

Ao assumir o objetivo supracitado, o Brasil passou a integrar o conjunto de países empenhados na conquista das metas de atingir a “Educação para Todos” até 2015. Vale salientar, algumas conquistas foram alcançadas como a ampliação da educação básica para estudantes que atingiu o atendimento 41,2% entre 4 e 6 anos; 95,8% de 7 a 14 anos e 81,1% de 15 a 17 anos (BRASIL, 2000).

Em relação à população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%, em 1996. Ao lado dessas medidas, outros importantes passos foram dados no sentido de promover a qualidade da educação: o estabelecimento de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); A criação de um Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de âmbito nacional e a melhoria da formação docente (BRASIL, 2000).

Esses avanços refletem o esforço do País para expandir o acesso e promover a qualidade da educação, na expectativa de responder aos compromissos estabelecidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990). Assim como os objetivos definidos no Marco de Ação de Dakar nos anos subsequentes à Cúpula Mundial de Educação (2000), tais conquistas foram fortalecidas e se tornaram mais expressivas (BRASIL, 2000).

A partir dos anos 2000, no Ensino Superior foi possível observar a implementação de uma política pública responsável pelo seu crescimento e expansão. O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), colocado em prática no governo Lula de 2003 - 2010, inicialmente a primeira fase de expansão do Ensino Superior Federal, chamado de Expansão I, aconteceu entre os anos de 2003 a 2007 e a segunda fase com criação de novos campi, ocorreu entre os anos de 2011 a 2015, já no governo de Dilma Rousseff (BARROS, 2015).

O REUNI, portanto, objetivou o aumento de vagas e a expansão da rede universitária, sobretudo para atender o interior do país, visto que, a maior parte das

Instituições de Ensino Superior - IES se encontravam apenas nas grandes cidades (BARROS, 2015).

Segundo o Ministério da Educação, a interiorização dos Campi das Universidades Federais brasileiras gerou um aumento no número de municípios contemplados pelas universidades. Que partiu de 114 em 2003 para 237 ao final de 2011, com um aumento de aproximadamente 70% das matrículas presenciais na rede pública federal (BRASIL, 2017).

5.4 CORTES DO GOVERNO FEDERAL NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

No governo de Michel Temer 2016 – 2018 foi observado uma mudança drástica nos parâmetros de investimentos na educação. A partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº241, houve o congelamento dos gastos do governo federal por 20 anos com impactos significativo no financiamento da Educação. A PEC 241 alterou a Constituição de 1988 que obrigava o Estado Brasileiro a investir 18% do orçamento Federal em Educação. Tornando inviáveis as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014–2024, gerando perdas estimadas de R\$ 17 bilhões para o setor em 2025 e nos primeiros 10 anos, a perspectiva é de aproximadamente R\$ 58,5 bilhões (UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 2016).

Nesse contexto, a Ciência e Tecnologia passou a enfrentar enormes desafios. A política de cortes implementada pelo governo no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) reduziu em 44% os recursos em 2017, afetando pesquisas e programas de pós-graduação. O investimento foi de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 3,2 bilhões uma diferença de quase 70% em relação ao que era investido no setor em 2009 (MACEDO, 2018). Embora entidades do setor tenham relatado essa situação crítica orçamentária durante o Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (2017), o orçamento de 2018 apresentou-se cerca de 19% menor em relação ao ano anterior para o MCTIC (MACEDO, 2018).

Segundo as Universidades o orçamento para 2018 foi 20% menor do que 2014 nos recursos utilizados para o pagamento das despesas de custeio, e 90% menor para o capital em investimentos, a falta desses recursos comprometeu a

aquisição de livros para bibliotecas, de equipamentos para laboratórios, a contratação de obras de infraestrutura para o ensino e terceirizados (HAJE, 2017).

O ano de 2019 é extremamente significativo para evidenciar a dinâmica dos cortes na educação implementada pelo Governo de Jair Bolsonaro (MIRANDA, 2019). Apesar do discurso do governo federal de priorizar à base do ensino público, houve o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões nos recursos previstos para investimentos em programas da educação infantil e no ensino médio (ADUFEPE, 2019). No total, o contingenciamento no orçamento de educação, ciência e tecnologia foi da ordem de R\$ 5,83 bilhões impactando também as Universidades e Institutos Federais. Por exemplo na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, houve um bloqueio de R\$ 55,8 milhões, sendo que R\$ 50 milhões estavam relacionados ao custeio, isto é, recursos direcionados ao pagamento de contas de luz, água, telefone e terceirizados (ADUFEPE, 2019).

A pandemia de COVID-19 produziu um enorme desafio para a educação, porem contraditoriamente 2020 foi o ano com menor investimento do Ministério da Educação (MEC) no ensino básico da década. Segundo o 6º Relatório Bimestral Execução Orçamentária do MEC, 2020 terminou com a menor dotação orçamentária desde 2011 com apenas R\$ 114 bilhões (FATTORELLI, M.L.; LEHER, R. 2022). Justamente quando a educação básica mais precisava, devido à nova realidade de ensino remoto o governo federal investiu menos (LISBOA, 2021).

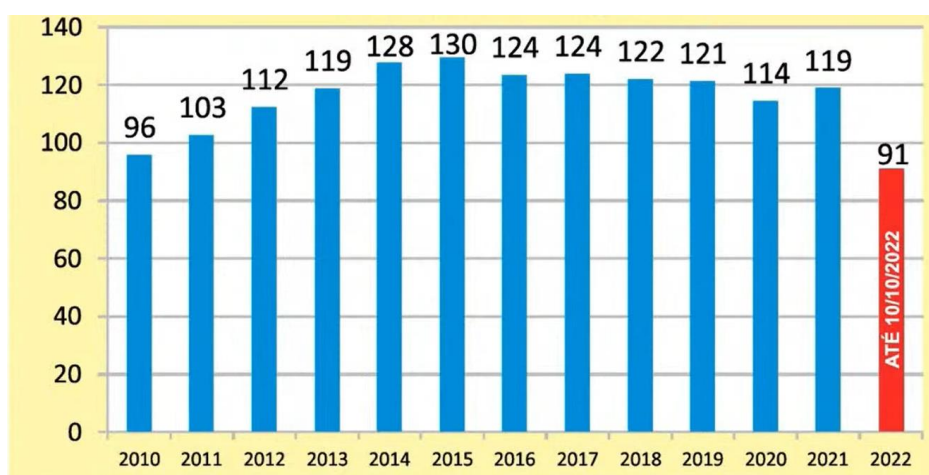
O ano de 2021 também é marcado pela dinâmica de cortes no orçamento das pastas ligadas a educação no Brasil. A aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN 16/21, que determinou um remanejamento de mais de 90% dos recursos que seriam destinados para o ministério da Ciência e Tecnologia evidencia o descaso do governo com o setor. O próprio Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes foi surpreendido com o corte de R\$ 600 milhões de recursos de pesquisa de sua pasta (HAJE, 2021).

Embora o Brasil tenha apresentado destaque mundial ao ser o primeiro país a sequenciar o DNA do vírus Sars-Cov-2, evidenciando como Universidades e Centros de Pesquisa são fundamentais em momentos de crise (SENE, 2021). Em contraste a essa realidade o orçamento discricionário liberado pelo MEC para as universidades no ano de 2021 foi de R\$ 1 bilhão a menos em comparação a 2020, prejudicando diretamente a contratação de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica e água; compras de materiais e insumos para pesquisas; assistência

estudantil; bolsas estudantis; a manutenção das instituições: como iluminação, limpeza, segurança e obras. Além de um bloqueio de 13,18% dos recursos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 produziu em média, 18,16% de cortes para o MEC (MACEDO, 2021)

No ano corrente, mesmo sendo o ano eleitoral a política de cortes está sendo mantida. Segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o volume dos recursos destinados ao Ministério da Educação em 2022, está sendo inferior ao praticado em 2010, até o momento foram investidos R\$ 91 bilhões para a educação comparado aos R\$ 96 bilhões utilizados a 10 anos atrás conforme indica a Figura – 3 (FATTORELLI, M.L.; LEHER, R. 2022).

Recentemente graças a forte pressão social o governo recuou de mais um bloqueio de recursos para o MEC destinados as Universidades e Institutos Federais no valor de R\$328,5 milhões e de R\$ 147 milhões respectivamente (FELICE, 2022).



(Figura – 3) Valores Pagos ao Ministério da Educação de 2010 a 2022 em R\$ Bilhões corrigidos pelo IPCA. Fonte: (FATTORELLI, M.L.; LEHER, R, 2022).

Portanto, fica evidente que a partir de 2016 foi implantada pelo Governo Federal uma política de cortes no orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia e vale destacar, que até o dia 10 de outubro de 2022 o investimento nessa pasta era inferior ao praticado há 12 anos atrás. Sendo necessário uma atenção imediata para o tema, contra o risco da inviabilização das atividades nas Universidades e Institutos Federais. Um resumo dos cortes apresentados em nosso texto pode ser observado na tabela 2.

5.5 Organização das principais coletas e registros dos artigos utilizados em nossa revisão

Tabela 2 - Documentos com evidências científicas e informações originais utilizadas na elaboração do nosso trabalho.

Citação	Ano/Corte	Tema	Resultados	Considerações
UNIAO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 2016	2016	PEC nº241.	Congelamento dos gastos do governo federal por 20 anos.	A PEC 241 alterou a Constituição de 1988 que obrigava o Estado Brasileiro a investir 18% do Orçamento Federal em Educação. Tornando inviáveis as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014–2024, gerando perdas estimadas de R\$ 17 bilhões para o setor em 2025 e nos primeiros 10 anos, a perspectiva é de aproximadamente R\$ 58,5 bilhões
MACEDO, 2018	2017	Cortes no orçamento atacam C&T	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) reduziu em 44% os recursos de 2017 em comparação ao ano anterior, afetando pesquisas e programas de pós-graduação.	O investimento foi de R\$ 5,8 bilhões para R\$ 3,2 bilhões uma diferença de quase 70% em relação ao que era investido no setor em 2009.
HAJE, 2017	2018	Universidades criticam cortes para o ensino superior no Orçamento de 2018	O orçamento para 2018 foi 20% menor do que 2014 para o custeio, recurso utilizado para pagamento de despesas cotidianas, e 90% menor para o capital em investimentos.	A falta desses recursos comprometeu a aquisição de livros para bibliotecas, de equipamentos para laboratórios e a contratação de obras de infraestrutura para o ensino.
MIRANDA, 2019	2019	Entidades da educação superior criticam bloqueio de recursos para	Bloqueio no orçamento do MEC.	Suspensão de repasse atingindo tanto o ensino Superior, quanto o ensino básico. Antes defendido pelo que Presidente que necessitava de maior prioridade.

		universidades.		
ADUFEPE, 2019	2019	Primeira reunião sobre cortes nas universidades será no Recife.	Bloqueio de recursos previstos para investimentos em programas de educação infantil e no ensino médio.	O bloqueio foi de R\$ 2,4 bilhões nos recursos previstos
ADUFEPE, 2019	2019	Rede de conhecimento monitora cortes de recursos das universidades.	Contingenciamento no orçamento de educação, ciência e tecnologia foi da ordem de R\$ 5,83 bilhões impactando também as Universidades e Institutos Federais.	Exemplo na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE houve um bloqueio de R\$ 55,8 milhões, sendo que R\$ 50 milhões estavam relacionados ao custeio, isto é, recursos direcionados ao pagamento de contas de luz, água, telefone e terceirizados
LISBOA, 2021	2020	Foi o ano com menor gasto do MEC com educação básica desde 2010	Menor investimento do Ministério da educação – MEC da década no ensino básico.	A educação básica encerrou o ano de 2020 com o menor orçamento e a menor execução orçamentária (dinheiro de fato usado) da década. A etapa fechou com R\$ 42,8 bilhões de dotação, 10,2% menos em comparação com 2019, e R\$ 32,5 bilhões em despesas pagas.
HAJE, 2021	2021	Ministro reitera que foi pego de surpresa com corte de 92% das verbas para Ciência e Tecnologia	A aprovação do Projeto de Lei do Congresso Nacional – PLN 16/21.	Gerou um remanejamento de 90% dos recursos pegando de surpresa até mesmo o Ministro da Ciência, Tecnologia e inovação Marcos Pontes que perdeu R\$ 600 milhões em sua pasta.
MACEDO, 2021	2021	Cortes no orçamento põem em risco o futuro da universidade	A diferença no orçamento discricionário liberado pelo MEC para as universidades em 2021 foi de R\$ 1 bilhão a menos em comparação a 2020 além de um bloqueio de 13,18% dos recursos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 produziu	Gerou um agravamento do cenário já insustentável que prejudicou diretamente a contratação de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica e água; compras de materiais e insumos para pesquisas; assistência estudantil; bolsas estudantis; a manutenção das instituições: como iluminação, limpeza, segurança e obras.

			em média, 18,16% de cortes.	
(FATTORELLI, M.L.; LEHER, R. 2022).	2022	Cortes na Educação e privilégios para juros	Cortes no orçamento do Ministério da Educação nos últimos 6 anos.	Segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o volume dos recursos destinados ao Ministério da Educação em 2022, foi inferior ao praticado em 2010, até o dia 10/10/2022. Em que foram investidos R\$ 91 bilhões para a educação comparado aos R\$ 96 bilhões utilizados a 10 anos atrás
FELICE, 2022	2022	Após reação negativa, Governo recua em cortes na educação	Liberação de recursos para o MEC destinados as Universidades e Institutos Federais no valor de R\$328,5 milhões e de R\$ 147 milhões respectivamente	Graças a mobilização social, ocorreu a volta de parte desse valor para o MEC. Contudo ainda existe uma grande parte contingenciada e cortada dos últimos anos.

Fonte: Os autores.

6 CONCLUSÃO - Considerações finais

A Educação Pública Brasileira ao longo da sua história, nunca foi tratada como uma prioridade de Estado, desde o Brasil Império é possível identificar em nosso país as marcas de um processo educacional excludente e elitista, onde as escolas públicas eram vistas como ambiente para pessoas de baixa condição social e em que as próprias leis fomentavam a desigualdade para o acesso à educação formal (RIO DE JANEIRO, 1837; VEIGA, 2008).

Contudo, essa História nebulosa no Ensino Público Brasileiro é perpassada por momentos onde a luz do reconhecimento da importância da Educação para o país fica evidente. No início dos anos 2000, projetos como o REUNI, responsável pelo processo de implantação e expansão das Universidades e Institutos Federais pelo interior do Brasil, são exemplos contundentes da importância da Educação Pública e de qualidade para o país (BARROS, 2015).

Entretanto, a sociedade brasileira parece refém dos seus erros históricos cometidos na gestão da Educação do país, o que possibilita retrocessos e interrupções nos processos de investimento na Educação como temos vivenciado a partir de 2016 (UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, 2016).

É fundamental que a sociedade brasileira reconheça a importância, e exija dos governos independentes de orientação política que a educação seja realmente tratada como prioridade para o Brasil. Vale destacar, que do ponto de vista econômico nosso país dispõe dos recursos necessários para garantir os investimentos na Educação (FATTORELLI, M.L.; LEHER, R. 2022).

Nessa perspectiva, parece um verdadeiro absurdo que em um país em desenvolvimento e que disponha dos recursos, ocorram cortes, bloqueios e contingenciamentos nos recursos destinados à Educação. As Universidades Federais e os Institutos Federais que são responsáveis pela produção de pessoal qualificado, produção de conhecimento e avanços tecnológicos, não deveriam estar submetidos a restrições orçamentárias de custeio com o comprometimento do pagamento de água, luz, terceirizados e bolsas estudantis (SENE, 2021; MACEDO, 2021).

Outrossim, como resposta a nossa pergunta condutora consideramos que é provável que a formação de profissionais de nível superior nas áreas de Humanas,

Exatas e Saúde esteja sendo afetada pelos cortes. A Sociedade Brasileira naturalmente e em momentos de crise como a Pandemia, precisa de pessoal qualificado na área de Saúde a exemplo de Nutricionistas.

Trabalhos de Conclusão de Curso da área de Nutrição com essa temática são fundamentais para construção do Perfil Profissional do Nutricionista, que deve apresentar uma formação generalista, humanista e crítica, para auxiliar a sociedade no reconhecimento e luta por direito de uma Educação de qualidade, peça chave para um país bem sucedido.

REFERÊNCIAS

- ADUFEPE, Ascom. Primeira reunião sobre cortes nas universidades será no Recife. In: **Associação dos Docentes da UFPE**. Recife, 6 mai 2019. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/reuniao-sobre-cortes-nas-universidades-sera-nos-tres-centros/>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ADUFEPE, Ascom. Rede de conhecimento monitora cortes de recursos das universidades. In: **Associação dos Docentes da UFPE**. Recife, 27 mai 2019. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/rede-de-conhecimento-monitora-cortes-de-recursos-das-universidades/>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ARBIX, Glauco; FERRAZ, Joana Varon. Finlândia: competitividade e economia do conhecimento. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**, p. 221.
- BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 361-390, 2015.
- BORDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Educação para Todos: avaliação da década. 2000. Brasília: **MEC/INEP**, 2000
http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BDEBC5505-6B0E-4AF1-BCAE-0D384B6AB419%7D_avaliacao_127.pdf.
- BRASIL. Ministério da Educação. REUNI – **Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- FATTORELLI, Maria Lucia.; LEHER, Roberto. Cortes na Educação e privilégios para juros. 2022. 1 vídeo (97min). **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=idydDUP0XCU&ab_channel=AuditoriaCidad%C3%A3daD%C3%ADvida. Acesso em: 20 out. 2022.
- FELICE, Raphael. Após reação negativa, Governo recua em cortes na educação. In: **Correio Braziliense**. Brasília 8 out 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/10/5042932-apos-reacao-negativa-governo-recua-em-cortes-na-educacao.html>. Acesso em: 20 out. 2022.
- FERNANDES, Florestan. A formação política e o trabalho do professor. **Universidade, escola e formação de professores**, 1986.
- FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, 2002.
- FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. **Freire P. Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos [Internet]**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. GERMANO, José Willington. Estado militar e educação no Brasil (1964- 1985). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUIMARÃES, Claudivan Santos. A educação no Brasil após a redemocratização (1985-2002). **Revista Fundamentos**, v. 2, n. 1, 2015.

HAJE, Lara. Universidades criticam cortes para ensino superior no Orçamento de 2018. In: **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 21 nov 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/527834-universidades-criticam-cortes-para-ensino-superior-no-orcamento-de-2018/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HAJE, Lara. Ministro reitera que foi pego de surpresa com corte de 92% das verbas para Ciência e Tecnologia. In: **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 13 out 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pegado-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

RAMIREZ, Alejandro; RANIS, Gustav; STEWART, Frances. **Economic growth and human development**. Center Discussion Paper, 1997.

LISBOA, Ana Paula. 2020 foi o ano com menor gasto do MEC com educação básica desde 2010. In: **Eu Estudante**. Brasília, 21 fev 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4907686-2020-foi-o-ano-com-menor-gasto-do-mec-com-educacao-basica-desde-2010.html>. Acesso em: 28 jul. 2022.

MACEDO, Suara. Cortes no orçamento atacam C&T. In: **Associação dos Docentes da UFPE**. Recife, 26 jul 2018. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/cortes-no-orcamento-atacam-ct/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MACEDO, Suara. Cortes no orçamento põem em risco o futuro da universidade. In: **Associação dos Docentes da UFPE**. Recife, 27 mai 2021. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/cortes-no-orcamento-poem-em-risco-o-futuro-da-universidade/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MARTINS, Rosilene Maria Sólón Fernandes. Direito à Educação: aspectos legais e constitucionais. **Rio de Janeiro: Letra Legal**, v. 277, 2004

MIRANDA, Tiago. Entidades da educação superior criticam bloqueio de recursos para universidades. In: **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 11 jun 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559815-entidades-da-educacao-superior-criticam-bloqueio-de-recursos-para-universidades/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

OECD. PUBLISHING; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Strong performers and successful reformers in education**. OECD Publishing, 2014.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. Edições Loyola, 1987.

PAVIANI-UEL, Bruno. Educação moral e cívica na ditadura militar brasileira: uma tentativa de legitimar o poder.(1969-1971). 2014.

RICCI, Rudá et al. Vinte anos de reformas educacionais. **Revista Iberoamericana de educación**, 2003.

RIO DE JANEIRO. Lei n. 1, de 1837. DA INSTRUÇÃO PRIMARIA. Rio de Janeiro: **Assembléa Legislativa Provincial**, 1837. Disponível em: <file:///C:/Users/Felipe/Downloads/29135-Texto%20do%20artigo-112708-1-10-20120528.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

SENE, Adaíra. 1º Seminário sobre Carreira Docente discute cortes nos orçamentos das Ifes e futuro da ciência e tecnologia no país. In: **Associação dos Docentes da UFPE**. Recife, 21 out 2021. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/1o-seminario-sobre-carreira-docente-discute-cortes-nos-orcamentos-das-ifes-e-futuro-da-ciencia-e-tecnologia-do-pais/>. Acesso em: 04 ago. 2022.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. Entenda a PEC 241 e seus efeitos para a educação. Brasília: **UNDIME**, 10 out. 2016. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/10-10-2016-16-05-entenda-a-pec-241-e-seus-efeitos-para-a-educacao>. Acesso em: 15 out. 2022.

VEIGA. Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED, v. 13, n. 39 set/dez, 2008

WALTENBERG, Fábio Domingues; MARTINS, Fernanda Scarparo. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: UMA ANÁLISE COMPARADA DE FINLÂNDIA E COREIA DO SUL. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 56, 2020.